

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Aviso (extracto) n.º 14530/2010

Por despacho de 25 de Março de 2010 do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa:

Doutora Paula Maria Ferreira do Espírito Santo, Professora Auxiliar em período experimental, em regime de dedicação exclusiva do mapa de pessoal docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na mesma categoria, decorrido o período experimental, com efeitos a 04 de Maio de 2010, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

Relatório final relativo à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado da Professora Auxiliar Doutora Paula Maria Ferreira do Espírito Santo

(Artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto)

Considerando que em face do parecer emitido e subscrito pelos Professores Catedráticos deste Instituto, Doutores Carlos Diogo Pereira Moreira e João Abreu de Faria Bilhim, nos termos do artigo 25.º conjugado com o artigo 20.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, com a nova redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, e preenchidos os requisitos referidos no n.º 4 do artigo 20.º, o Conselho Científico do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, reunido em 25 de Março de 2010, aprovou, por unanimidade, e findo o período experimental, a contratação por tempo indeterminado da Doutora Paula Maria Ferreira do Espírito Santo na mesma categoria.

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em 6 de Maio de 2010. — O Presidente, (*Prof. Cat. João Abreu de Faria Bilhim*).
203490147

Aviso (extracto) n.º 14531/2010

Por despacho de 25 de Março de 2010 do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa:

Doutor Nuno Gonçalo de Carvalho Canas Mendes, Professor Auxiliar em período experimental, em regime de dedicação exclusiva do mapa de pessoal docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na mesma categoria, decorrido o período experimental, com efeitos a 15 de Fevereiro de 2010, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

Relatório final relativo à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do Professor Auxiliar Doutor Nuno Gonçalo de Carvalho Canas Mendes

(Artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto)

Considerando que em face do parecer emitido e subscrito pelos Professores Catedráticos deste Instituto, Doutores António Costa de Albuquerque de Sousa Lara e António Maria de Sousa e Vasconcelos Simão de Saldanha, nos termos do artigo 25.º conjugado com o artigo 20.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, com a nova redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, e preenchidos os requisitos referidos no n.º 4 do artigo 20.º, o Conselho Científico do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, reunido em 25 de Março de 2010, aprovou, por unanimidade, e findo o período experimental, a contratação por tempo indeterminado do Doutor Nuno Gonçalo de Carvalho Canas Mendes na mesma categoria.

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em 6 de Maio de 2010. — O Presidente, (*Prof. Cat. João Abreu de Faria Bilhim*).
203489962

Aviso (extracto) n.º 14532/2010

Por despacho de 25 de Março de 2010 do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa:

Doutor Fernando dos Reis Condesso, Professor Catedrático em regime de período experimental, em dedicação exclusiva do mapa de

pessoal docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na mesma categoria, decorrido o período experimental, com efeitos a 1 de Abril de 2010, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 285 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

Relatório final relativo à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do Professor Catedrático Doutor Fernando dos Reis Condesso

(Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto)

Considerando que em face do parecer emitido e subscrito pelos Professores Catedráticos deste Instituto, Doutores António Costa de Albuquerque de Sousa Lara e José Adelino Eufrásio de Campos Maltez, nos termos do artigo 20.º do ECDU conjugado com o com a nova redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, analisado o relatório da actividade científica e pedagógica durante o período experimental, e encontrando-se reunidas as condições exigidas, o Conselho Científico restrito aos Professores Catedráticos, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, reunido em 25 de Março de 2010, aprovou, por unanimidade, e findo o período experimental, a contratação em funções públicas por tempo indeterminado, na mesma categoria, do Doutor Fernando dos Reis Condesso.

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em 7 de Maio de 2010. — O Presidente, (*Prof. Cat. João Abreu de Faria Bilhim*).
203492748

Aviso (extracto) n.º 14533/2010

Por despacho de 25 de Março de 2010 do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa:

Doutora Maria de Fátima Calça Amante, Professora Auxiliar em período experimental, em regime de dedicação exclusiva do mapa de pessoal docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na mesma categoria, decorrido o período experimental, com efeitos a 17 de Maio de 2010, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

Relatório final relativo à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado da Professora Auxiliar Doutora Maria de Fátima Calça Amante

(Artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto)

Considerando que em face do parecer emitido e subscrito pelos Professores Catedráticos deste Instituto, Doutores Carlos Diogo Pereira Moreira e João Abreu de Faria Bilhim, nos termos do artigo 25.º conjugado com o artigo 20.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, com a nova redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, e preenchidos os requisitos referidos no n.º 4 do artigo 20.º, o Conselho Científico do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, reunido em 25 de Março de 2010, aprovou, por unanimidade, e findo o período experimental, a contratação por tempo indeterminado da Doutora Maria de Fátima Calça Amante na mesma categoria.

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em 7 de Maio de 2010. — O Presidente, (*Prof. Cat. João Abreu de Faria Bilhim*).
203490203

Instituto Superior Técnico

Despacho n.º 11900/2010

1 — Ouvidos o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico, aprovo no termos do artigo 13.º, n.º 4, alínea g), dos Estatutos do Instituto

Superior Técnico, o Regulamento de Prescrições do Instituto Superior Técnico que vai em anexo a este despacho.

2 — Este despacho entra em vigor no dia da sua publicação no *Diário da República*.

Instituto Superior Técnico, 14 de Julho de 2010. — O Presidente do Instituto Superior Técnico, *António Manuel da Cruz Serra*.

Regulamento de Prescrições do IST

Artigo 1.º

Preâmbulo

O regime de prescrições a adoptar nos cursos de 1.º e 2.º ciclo e mestrados integrados do IST resulta da Lei n.º 37/2003 de 22 de Agosto, e visa promover a responsabilização dos estudantes, entendida no sentido de que estes devem mostrar adequado aproveitamento escolar, justificando, pelo seu mérito, o acesso ao bem social de que beneficiam: a sua educação e formação. De acordo com a Lei n.º 37/2003 o estudante prescrito fica impedido de se candidatar ou inscrever nesse ou outro curso nos dois semestres seguintes.

Artigo 2.º

Regime de prescrições

1 — Serão considerados prescritos os alunos que estejam nas condições definidas na tabela I.

TABELA I

Número máximo de inscrições	Créditos ECTS obtidos
3	≤ 59,5
4	≤ 119,5
5	≤ 179,5

No caso de cursos de ciclo integrado os valores da tabela anterior aplicam-se separadamente a cada um dos ciclos, considerando-se que o aluno frequenta o 2.º ciclo quando tiver concluído todas as unidades curriculares do 1.º ciclo.

2 — Após uma primeira prescrição, incorrerão novamente em situação de prescrição os alunos que estejam nas condições definidas na tabela II.

TABELA II

Número máximo de inscrições após prescrição	Créditos ECTS obtidos após prescrição
2	≤ 59,5
3	≤ 119,5
4	≤ 179,5

3 — No caso do estudante que se encontre em regime de estudo a tempo parcial, para efeito da aplicação das Tabelas I e II apenas é contabilizado 0,5 por cada inscrição que tenha efectuado nessas condições.

4 — Aos estudantes constantes de 1 e 2, e por forma a não penalizar os que comprovadamente estejam num regime de recuperação do seu aproveitamento escolar, será levantada a prescrição aos que cumprirem um (ou ambos) dos seguintes requisitos:

4.1 — $ECTS_N > ECTS_{N+1} \wedge ECTS_{N+1} \geq 12$
(em que $ECTS_N$ é o total de ECTS concluídos no último ano de inscrição e $ECTS_{N+1}$ é total de ECTS concluídos no ano imediatamente anterior);

4.2 — Tenham a possibilidade de atingir os valores mínimos definidos nas tabelas 1 e 2 se estiverem inscritos em regime de tempo parcial no ano lectivo seguinte.

5 — Atento ainda o princípio da proporcionalidade, consagrado constitucional e legalmente, poderá ainda a aplicação de regras de prescrição ser ajustada a casos em que, invocados e inequivocamente provados pelo aluno, este, por motivos de força maior, se viu impossibilitado de frequentar as actividades lectivas e assim alcançar um nível mínimo de aproveitamento escolar. Tal ajuste será efectuado mediante requerimento dirigido ao presidente do IST e entregue no Núcleo de Graduação — Alameda, ou Núcleo Académico do Taguspark.

Artigo 3.º

Afixação e divulgação da lista de prescrições

No mês de Agosto de cada ano são afixadas as listas provisórias de alunos a prescrever no ano lectivo seguinte. Será garantido o direito a recurso da decisão de prescrição. A inscrição dos alunos prescritos estará vedada durante um ano lectivo (dois semestres consecutivos), podendo ser requerido o reingresso no ano lectivo seguinte.

203498783

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Despacho (extracto) n.º 11901/2010

Por despacho de 2 de Julho de 2010, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:

Doutor Francisco de Sousa Pereira — celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado em período experimental, como Professor Auxiliar, com efeitos a partir de 9 de Junho de 2010, com direito ao vencimento mensal correspondente ao escalão 1, índice 195, a que se refere o anexo 1 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. Fica-lhe rescindido o anterior contrato a partir da mesma data (09-06-2010).

Vila Real, UTAD, 15 de Julho de 2010. — A Directora dos Serviços de Recursos Humanos, *Eliana da Costa Barros*.

203493817

Despacho (extracto) n.º 11902/2010

Por meu despacho de 8 de Julho de 2010, aprovo a concessão do título de Professor Emérito, proposto pelo Conselho do Departamento de Matemática, com parecer favorável do Conselho Científico da Escola de Ciências e Tecnologia, e ouvido o Conselho Académico, à Professora Doutora Emília Joaquina Giraldes Soares.

UTAD, Vila Real, 15 de Julho de 2010. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

203491581

Despacho (extracto) n.º 11903/2010

Por despacho de 23 de Junho de 2010 do Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:

Doutor Fernando Herminio Milheiro Nunes — autorizada a celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado como Professor Auxiliar desta Universidade, sendo remunerado pelo escalão 1 — índice 195 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários, com efeitos a 14 de Outubro de 2010, no seguimento da contratação anteriormente efectuada ao abrigo do Estatuto da Carreira Docente Universitária.

UTAD-Vila Real, 15 de Julho de 2010. — A Directora dos Serviços de Recursos Humanos, *Eliana da Costa Barros*.

203493922

Despacho (extracto) n.º 11904/2010

De acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 28.º do Despacho Normativo n.º 63/2008, de 9 de Dezembro, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro integra Centros de Investigação com Estatutos ou Regulamentos Internos próprios. Após aprovação pelo Conselho Científico, ouvida a Comissão Científica do Conselho Académico, foi homologado, por despacho de 14 de Julho de 2010, o Regulamento do Centro de Matemática da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que a seguir se publicita.

UTAD-Vila Real, 16 de Julho de 2010. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

Regulamento do Centro de Matemática da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Artigo 1.º

(Natureza)

O Centro de Matemática da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, adiante designado por CM—UTAD, é uma unidade de investi-